



Monteiro Aranha S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Atividades da Companhia

A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 – A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades.

Em 30 de janeiro de 2026 a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, passando a Companhia a ser uma companhia fechada a partir do encerramento do pregão daquela data.

Contexto de negócios em 2025

A Companhia apresentou no exercício social de 2025 um lucro líquido consolidado de R\$ 97.658 comparado ao lucro líquido consolidado de R\$ 72.642 registrado no exercício social de 2024.

O ajuste ao valor justo de outras participações da Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 51.908 em 2025, inferior ao resultado negativo de R\$ 122.909 registrado em 2024. O resultado negativo decorre principalmente pela desvalorização das ações de Klabin¹ e de BrasilAgro², parcialmente compensada pela valorização das ações de Ultrapar³.

Em 2025 a Companhia reportou resultado positivo com outras receitas, líquidas, no valor de R\$ 82.516, em comparação a R\$ 83.395 em 2024. A variação reflete, principalmente, o maior recebimento de proventos de investidas avaliadas a valor justo no exercício, efeito que foi parcialmente compensado pelo menor ganho reconhecido com a bonificação de ações emitidas pela Klabin S.A. aos seus acionistas, que havia sido superior no exercício anterior.

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 20.164 em 2025, inferior ao resultado positivo de R\$ 79.401 registrado em 2024. Essa variação decorre, preponderantemente a) de maiores encargos sobre empréstimos, em razão do maior volume de dívidas e do aumento do CDI quando comparados a 2024, b) do menor resultado das aplicações financeiras em renda fixa mantidas em tesouraria, dado o menor volume médio de caixa em tesouraria e c) pelo menor resultado positivo dos seus fundos exclusivos que embora tenham apresentado maior ganho em aplicações de renda fixa e nos investimentos em fundos imobiliários foram impactados por menor ganho

¹ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Klabin S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

² Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

³ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Ultrapar Participações S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

dos investimentos em BDRs e por perdas na posição de dólar futuro.

O aumento do resultado positivo de R\$ 70.855 com imposto de renda e contribuição social em 2025, comparado com o resultado positivo de R\$ 58.085 em 2024 ocorreu, majoritariamente, em virtude da baixa de tributos diferidos passivos devido a amortização parcial de seu fundo de investimento exclusivo e a constituição de tributos diferidos ativos decorrentes dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados até então não reconhecidos.

Estrutura de capital

O endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 842.170, sendo composto por CCBs, debêntures e notas comerciais⁴. Do total de dívidas, 81% possuíam garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 6% por meio de alienação fiduciária de aplicações financeiras e 13% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos, debêntures e notas comerciais não possuem cláusulas com *covenants* financeiros.

O caixa e as aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2025 eram de R\$ 1.132.773.

Orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram proposta de orçamento de capital, no montante de R\$ 281.480, com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, na forma do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, tendo este orçamento sido revisado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025 para o montante de R\$ 119.324, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente (até 2028).

Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia bem como o pagamento de serviço das dívidas ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, todo o saldo de R\$ 119.324 das retenções foi baixado e não houve nova destinação com base no lucro líquido do exercício.

Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 para essa finalidade.

Informações complementares – Política de Equidade (Lei n.º 15.177/2025)

Em atenção ao disposto no artigo 133, §6º, da Lei n.º 6.404/1976 (conforme alterada pela Lei n.º 15.177/2025), a Companhia apresenta nesta seção os indicadores e dados quantitativos requeridos pela legislação, contemplando a quantidade e a proporção de mulheres entre nossos

⁴ Em agosto de 2025, a Companhia realizou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, em série única, destinada exclusivamente a investidores profissionais (**nota explicativa 15**).

profissionais e nos órgãos da administração ao final de 2025 e 2024, bem como informações sobre remuneração segregada por gênero:

Total de colaboradores

	31/12/2025			31/12/2024		
	Masculino	Feminino	% Mulheres	Masculino	Feminino	% Mulheres
Liderança	1	1	50%	1	1	50%
Não liderança	8	8	50%	10	11	52%

Total de Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Masculino	Feminino	% Mulheres	Masculino	Feminino	% Mulheres
Conselho de Administração	9	2	18%	9	2	18%
Diretoria Estatutária	-	3	100%	-	3	100%

Remuneração Média

	31/12/2025		31/12/2024	
	% Masculino	% Feminino	% Masculino	% Feminino
Administração	39,30%	60,70%	44,32%	55,68%
Liderança	59,35%	40,65%	58,48%	41,52%
Não liderança	47,41%	52,59%	51,55%	48,45%

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Monteiro Aranha S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

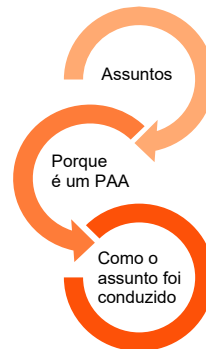
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Monteiro Aranha S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do valor justo dos ativos alienados em transação com acionistas da Companhia (Nota 8 (b))</p> <p>O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 20 de maio de 2025, a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Nordland Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsabilidade Limitada ("Nordland FIM") ("Oferta"), no valor de R\$ 102.898 mil, composto majoritariamente de investimento em cotas de outros de investimentos, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia.</p> <p>A metodologia de mensuração ao valor justo desses investimentos considerou o valor da cota dos respectivos fundos de investimento na data do evento. Adicionalmente, o valor dessas cotas foi avaliada por técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, desenvolvido por especialistas externos, com utilização de premissas subjetivas.</p> <p>Como resultado desse trabalho, concluiu-se que o valor apurado por esse método era substancialmente semelhante ao valor da cota na data do evento, razão pela qual este foi considerado o melhor indicativo do valor justo dos investimentos.</p> <p>A mensuração do valor justo desse investimento foi considerada área foco de auditoria devido à sua subjetividade e relevância no contexto das demonstrações financeiras, com o envolvimento de julgamento, por parte da Administração.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <p>O entendimento dos principais processos estabelecidos pela administração para assegurar a adequada mensuração do valor justo dos investimentos alienados na Oferta.</p> <p>Inspecionamos os laudos de avaliação do valor justo desses ativos elaborado por especialistas externos e, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo e as principais premissas adotadas, bem como analisamos a sua razoabilidade mediante comparação com metodologias e premissas observáveis de mercado.</p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração do valor justo dos ativos alienados na Oferta estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>



Monteiro Aranha S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Monteiro Aranha S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Monteiro Aranha S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Caren Henriete Macohin'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
CAREN, MACOHIN
Assinado por: Caren Henriete Macohin 01454117996
CPF: 01454117996
Data/Hora da Assinatura: 27 de março de 2026 10:55 BRT
O: PwC Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SynterID Multipe

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	771.632	803.163	773.086	805.135
Aplicações financeiras	4	359.687	706.322	359.687	706.322
Dividendos e JCP a receber	5	19.645	4.343	19.645	4.343
Contas a receber	7	-	-	15.421	25.692
Tributos a recuperar	10	36.307	35.863	36.386	35.974
Outros	-	377	5.288	378	5.289
Total do ativo circulante		<u>1.187.648</u>	<u>1.554.979</u>	<u>1.204.603</u>	<u>1.582.755</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	8.952	5.729	8.952	5.729
Contas a receber	7	-	-	5.901	20.505
Estoque de imóveis a comercializar	9	-	-	4.955	4.955
Tributos a recuperar	10	18.832	-	18.832	-
Outros	-	109	31	532	113
Investimentos em controladas e coligadas	11	25.999	51.450	-	71
Outras participações	11	845.851	883.816	845.851	883.816
Outros investimentos	-	207	207	207	207
Propriedades para investimento	12	-	-	-	5.896
Imobilizado	13	5.328	5.539	5.337	5.549
Intangível	-	552	645	552	645
Total do ativo não circulante		<u>905.830</u>	<u>947.417</u>	<u>891.119</u>	<u>927.486</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.093.478</u>	<u>2.502.396</u>	<u>2.095.722</u>	<u>2.510.241</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Salários e encargos sociais	-	2.578	2.151	2.589	2.161
Impostos e taxas a recolher	14	8.183	459	8.463	775
Empréstimos	15	161.560	109.935	161.560	109.935
Debêntures	15	157.436	14.864	157.436	14.864
Notas Comerciais	15	29.300	-	29.300	-
Dividendos e JCP a pagar	18.c	328	8.714	328	8.714
Fornecedores e outras contas a pagar	-	296	120	346	3.583
Obrigações fundos exclusivos	-	1.153	610	1.153	610
Obrigações com operações financeiras	6	1.352	253	1.352	253
Arrendamentos a pagar	-	1.032	984	1.032	984
Total do passivo circulante		<u>363.218</u>	<u>138.090</u>	<u>363.559</u>	<u>141.879</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	15	408.457	548.421	408.457	548.421
Notas Comerciais	15	85.417	-	85.417	-
Arrendamentos a pagar	-	5.797	5.831	5.797	5.831
Tributos diferidos	16	383.187	457.054	385.056	461.110
Investimentos em controladas e coligadas	11	-	-	34	-
Total do passivo não circulante		<u>882.858</u>	<u>1.011.306</u>	<u>884.761</u>	<u>1.015.362</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.a	616.838	616.838	616.838	616.838
Reservas de lucros	-	230.564	736.162	230.564	736.162
Total do patrimônio líquido		<u>847.402</u>	<u>1.353.000</u>	<u>847.402</u>	<u>1.353.000</u>
Participações de minoritários		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		<u>847.402</u>	<u>1.353.000</u>	<u>847.402</u>	<u>1.353.000</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.093.478</u>	<u>2.502.396</u>	<u>2.095.722</u>	<u>2.510.241</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os exercícios findos em
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS OPERACIONAIS					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(417)	(814)	(105)	(21)
RESULTADO BRUTO					
		(417)	(814)	(105)	(21)
Despesas gerais e administrativas	19	(22.820)	(22.989)	(25.065)	(25.309)
Ajuste ao valor justo de outras participações	11	(51.908)	(122.909)	(51.908)	(122.909)
Outras receitas, líquidas	20	80.761	82.308	82.516	83.395
RESULTADO OPERACIONAL					
		5.616	(64.404)	5.438	(64.844)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	142.159	162.625	142.456	163.400
Despesas financeiras	21	(122.284)	(83.988)	(122.292)	(83.999)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		25.491	14.233	25.602	14.557
Imposto de renda e contribuição social	22	72.167	58.409	72.056	58.085
		97.658	72.642	97.658	72.642
Participação de minoritários	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
		97.658	72.642	97.658	72.642
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTDO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO					
		97.658	72.642	97.658	72.642
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO EM REAIS					
	18.b	7,97	5,93	7,97	5,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios dos findos em
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros				Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção ⁽¹⁾				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	616.838	123.368	493.470	119.324	-	1.353.000	-	1.353.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	97.658	97.658	-	97.658
Constituição de reserva estatutária	-	-	73.243	-	(73.243)	-	-	-
Reversão de proventos prescritos	-	-	44	-	-	44	-	44
Dividendos	-	-	(273.261)	(119.324)	(24.415)	(417.000)	-	(417.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(186.300)	-	-	(186.300)	-	(186.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	616.838	123.368	107.196	-	-	847.402	-	847.402
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	616.838	123.368	493.470	281.480	-	1.515.156	-	1.515.156
Lucro do exercício	-	-	-	-	72.642	72.642	-	72.642
Constituição de reserva estatutária	-	-	47.642	-	(47.642)	-	-	-
Reversão de proventos prescritos	-	-	202	-	-	202	-	202
Dividendos	-	-	(47.844)	(24.156)	-	(72.000)	-	(72.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(138.000)	(25.000)	(163.000)	-	(163.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	616.838	123.368	493.470	119.324	-	1.353.000	-	1.353.000

⁽¹⁾ O saldo desta retenção de lucros não está sujeito aos limites impostos pelo Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos tributos sobre o resultado		25.491	14.233	25.602	14.557
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos sobre o resultado:					
Depreciação e amortização		319	662	322	665
Resultado de equivalência patrimonial	11	417	814	105	21
Outros tributos		11.796	6.042	11.911	6.203
Resultado de renda fixa		-	(1.328)	-	(1.328)
Resultado de renda variável		56.790	(90.049)	56.790	(90.049)
Bonificação de ações		(13.943)	(28.396)	(13.943)	(28.396)
Avaliação de propriedades para Investimento	12	-	-	(83)	(389)
Ajuste ao valor justo de outras participações	11	(14.896)	73.214	(14.896)	73.214
Encargos sobre endividamento	15 e 21	111.682	80.001	111.682	80.001
Outros		(8.105)	(307)	(8.119)	(307)
Variações nos Ativos e Passivos:					
Tributos a Recuperar		(37.385)	(33.993)	(37.353)	(33.983)
Contas a receber e outros créditos		(85)	(2.845)	31.072	27.462
Impostos e taxas a recolher		(11.887)	(50.001)	(12.321)	(51.082)
Outras obrigações		3.488	189	(1.099)	167
CAIXA GERADO PELAS / (APLICADO NAS) OPERAÇÕES		123.682	(31.764)	149.670	(3.244)
Juros e outros encargos pagos		(107.732)	(74.290)	(107.732)	(74.290)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.045)	(922)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		15.950	(106.054)	40.893	(78.456)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários		289.845	463.177	289.845	463.177
Alienação de investimento	11	5.178	307.452	4.994	307.119
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	11	76.352	90.728	51.502	51.798
Outros		(104)	(343)	(531)	(343)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		371.271	861.014	345.810	821.751
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18.d	(583.752)	(371.141)	(583.752)	(371.141)
Ingresso de empréstimos		50.000	-	50.000	-
Ingresso de notas comerciais		115.000	-	115.000	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(418.752)	(371.141)	(418.752)	(371.141)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(31.531)	383.819	(32.049)	372.154
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		803.163	419.344	805.135	432.981
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DOS EXERCÍCIOS		771.632	803.163	773.086	805.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Monteiro Aranha S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 – A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades.

As atividades operacionais das empresas controladas, controladas em conjunto e outras participações da Companhia estão descritas na **nota explicativa 11**.

Em 30 de janeiro de 2026 a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, passando a Companhia a ser uma companhia fechada a partir do encerramento do pregão desta data (**nota explicativa 2.5**).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **24 de março de 2026**.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*).

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados a valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**.

(i) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo de investimento exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“Bergen FIA”), assim como do Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“Stavanger FIA”) e do Trondheim Fundo de Investimento Financeiro em Ações (“Trondheim FIA”), este último com início das operações em abril de 2025 como parte da estratégia de investimentos da Companhia, todos fundos exclusivos cujas cotas são detidas

integralmente pelo Bergen FIA, e Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário (“Bryggen FII”) e Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“Narvik FIA”), fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Stavanger FIA. O Bergen FIA e o Trondheim FIA são fundos de investimentos geridos pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o Narvik FIA é um fundo de investimento gerido pela Safra Asset Management Ltda., o Stavanger FIA é um fundo de investimento gerido pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o Bryggen FII é um fundo de investimento gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. Em junho de 2025, o Nordland Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior, fundo exclusivo cujas cotas eram detidas integralmente pelo Bergen FIA, foi adequado às disposições da ICVM 175 tendo sua tipificação alterada para Fundo Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Nordland FIM”) e alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Nordland FIM (**nota explicativa 8 (b)**).

(ii) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as datas da Controladora.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 11**.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios.

A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida.

(d) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação.

Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 11**).

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução.

Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 20**).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoque de imóveis a comercializar, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de investimentos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais.

As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados.

2.4 Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia julgou que as revisões das normas e interpretações que passaram a vigorar em 2025, não apresentaram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar (“LC”).

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de LC (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214/2025, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS e o Imposto Seletivo – IS. A lei também criou o Comitê Gestor do IBS e altera legislação tributária, estabelecendo diretrizes para alíquotas, bases de cálculo, repartição de receitas e operacionalização do sistema.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

Oferta pública secundária de cotas de fundo de investimento financeiro multimercado

Em 20 de maio de 2025 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Cotas da Classe Única de Cotas do Nordland Fundo de

Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Nordland FIM”) (“Oferta”), tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Nordland FIM é um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, e reúne os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta, visando uma simplificação do portfólio.

Oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro

Em 1º de outubro de 2025, sociedades integralmente detidas por acionistas controladores da Companhia (“Ofertantes”) comunicaram a intenção de promover o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia e protocolaram, junto à CVM e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), requerimento de registro de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro da Companhia (“OPA”). Considerando os requisitos aplicáveis à OPA para cancelamento de registro, as Ofertantes contrataram empresa avaliadora para elaboração de laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia por seu valor justo (“Laudo de Avaliação”), tendo este Laudo de Avaliação apurado o valor de R\$ 40,97 (quarenta reais e noventa e sete centavos) por ação. Nos termos da documentação da OPA, as Ofertantes ofertaram preço superior ao valor justo apurado no Laudo de Avaliação, no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por ação. No âmbito da OPA, as Ofertantes adquiriram 1.240.506 ações objeto da OPA no leilão realizado em 18 de dezembro de 2025 – cuja liquidação ocorreu em 22 de dezembro de 2025. Posteriormente, considerando que foram verificadas as condições e requisitos para o cancelamento de registro previstos na regulamentação aplicável, a CVM, em 30 de janeiro de 2026, aprovou o cancelamento de registro de emissora de valores mobiliários da Companhia passando esta a ser uma companhia fechada desde então.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros sobre o principal, quanto para a venda. Neste sentido, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar

as alterações no valor de alguns ativos financeiros com cotação em bolsa de valores ou mercados organizados não mantidos para negociação nem contraprestação contingente através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são todos os demais ativos financeiros principalmente aqueles mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são lançados como despesa na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor determinado a partir dos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, consoante a taxa efetiva de juros do contrato, e deduzido da amortização do principal e rendimentos recebidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em rubrica específica do patrimônio líquido.

Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para a correspondente rubrica do resultado financeiro na demonstração do resultado.

Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os proventos de ativos financeiros, tanto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado quanto aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de

instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos.

Para mensurar o valor justo dos seus ativos financeiros a Companhia aplica o preço divulgado no mercado principal do ativo. Na ausência de cotação do ativo em mercado principal, a Companhia verifica informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, como preços cotados para ativos idênticos ou similares em mercados ativos ou que não sejam ativos, múltiplos de mercado, a ocorrência de transação de mercado observável e aplica o preço com base no valor da transação correspondente, podendo inclusive fazer uma combinação a partir desses valores. Inexistindo dados observáveis como transação de mercado observável recente, a Companhia providencia modelos de precificação que determinam um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo, com premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo, incluindo premissas sobre risco. Para isso, utiliza-se o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e conta-se com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia segue a mesma hierarquia utilizada para o reconhecimento do valor justo dos seus instrumentos financeiros. Entretanto para os investimentos realizados por meio de fundos de investimento, a Companhia realiza, periodicamente, a mensuração subsequente dos fundos de investimento com base no valor da cota do fundo investido conforme informado pelo administrador do referido fundo de investimento. Para os fundos exclusivos, a Administração obtém os valores de cada investimento diretamente das carteiras desses fundos de investimento, conforme informado pelo administrador dos respectivos fundos exclusivos.

Para obter conforto razoável quanto à performance dos investimentos realizados por meio de fundos exclusivos, a Administração se reúne periodicamente com os gestores contratados, para que possam ser entendidos e/ou monitorados: a) a performance dos investimentos, considerações a respeito dos investimentos, fatos relevantes e fatores que possam alterar a performance destes investimentos; e b) a aderência dos Fundos Investidos aos seus respectivos regulamentos. Tais interações são formalmente documentadas em relatórios ou atas de reunião. A Administração também tem acesso aos laudos de avaliação das sociedades investidas diretamente pelos fundos exclusivos, que não são listadas em bolsa de valores ou mercados organizados, sendo os mesmos objetos de leitura e análise.

A Administração também analisa o valor patrimonial da cota do fundo de investimento e, quando disponível, as demonstrações financeiras auditadas dos Fundos Investidos, o relatório de auditoria emitido, as notas explicativas com as informações sobre os investimentos e seu critério de avaliação. Em caso de opinião modificada no relatório de auditoria dos Fundos Investidos a Administração verifica se há risco de impactar a avaliação do investimento da Companhia e, quando aplicável, o valor da cota do fundo de investimento correspondente é ajustado de acordo com a referida avaliação.

Em eventuais casos excepcionais em que as demonstrações financeiras dos Fundos Investidos contemplem ativos que, por alguma razão, não estejam avaliados ao seu valor justo, a Administração busca junto aos administradores dos referidos fundos o entendimento para tal

situação e o motivo da mensuração não observar tal requisito, bem como avalia a materialidade do investimento frente ao portfólio da Companhia, a relação entre custo e benefício para obter o conforto da mensuração e a efetiva viabilidade de realização de laudo de avaliação para o referido ativo.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas:

- (i) quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 (doze) meses; e
- (ii) quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como por exemplo, a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado.

Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

2.6.5 Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando:

- (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado pela contraprestação recebida. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir.

2.7 Passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.7.2 Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48 - "Instrumentos Financeiros". Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.7.3 Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Estoque de imóveis a comercializar

Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido.

O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de “Estoque de imóveis a comercializar” e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica “Custo de bens e/ou serviços vendidos”). O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda.

2.9 Propriedades para investimento

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em “outras receitas (despesas) líquidas”.

As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada.

A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 12**.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.11 Reconhecimento de receita

(a) Receita de equivalência patrimonial

As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Receita de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são recebidos pela participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. Eles são reconhecidos como outras receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(d) Receita da atividade imobiliária

Nos contratos de parceria celebrados com entidades de incorporação imobiliária nos quais a Companhia figura como proprietária do terreno, as receitas decorrentes da venda dos lotes são reconhecidas quando o incorporador imobiliário apresenta para a Companhia o contrato de compra e venda assinado. Este é o momento que a Companhia reconhece que foi atendido o critério de transferência de controle do ativo para o comprador.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto.

O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.13 Lucro líquido por ação (básico e diluído)

A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - “Resultado por ação”.

2.14 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	29	80	36	88
CDBs	269.111	200.953	270.558	202.917
Compromissadas	502.492	602.130	502.492	602.130
Caixa e equivalentes de caixa	771.632	803.163	773.086	805.135

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos de até três meses e com baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em renda fixa possuem opção de resgate antecipado, por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira. As aplicações financeiras em renda fixa são indexadas ao certificado de depósito interbancário (“CDI”) com

remuneração entre 96,5% e 100,8% do CDI em 2025 (97,0% e 103,5% do CDI em 2024).

4 Aplicações financeiras

O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas ao valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de renda fixa (a)	545	20.075	545	20.075
FIA e FIC de FIA (b)	26.507	291.174	26.507	291.174
Ações (c)	270.079	251.946	270.079	251.946
FIM e FIC de FIM (d) ⁽¹⁾	-	45.933	-	45.933
FIPs (e) ⁽¹⁾	8.952	5.729	8.952	5.729
FIIs (f)	62.556	54.536	62.556	54.536
FIDCs (g) ⁽¹⁾	-	12.879	-	12.879
Letras financeiras (h)	-	29.779	-	29.779
Total de aplicações financeiras	368.639	712.051	368.639	712.051
Ativo circulante	359.687	706.322	359.687	706.322
Ativo não circulante	8.952	5.729	8.952	5.729

⁽¹⁾ Em junho de 2025, foi alienada a totalidade das cotas do Nordland FIM, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, cotas de FIM e FICs de FIM, cotas de FIPs e cotas de FIDCs (nota explicativa 8 (b)).

(a) Fundos de renda fixa

A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa as quais são avaliadas ao valor justo.

(b) Fundos de investimento em ações ("FIA") e Fundos de Investimento em cotas de FIA ("FIC de FIA")

A Companhia detém cotas de FIA, as quais são avaliadas ao valor justo.

As cotas de FIC de FIA que o Nordland detinha passaram a ser cotas de FIM, dada a incorporação do fundo em um fundo de FIM em janeiro de 2025.

(c) Ações

As aplicações financeiras em ações são compostas por ações (incluindo BDRs e *Exchange Traded Funds* ("ETF")) negociadas em bolsas nacional e estrangeiras e são avaliadas ao valor justo.

(d) Fundo de investimento multimercado ("FIM") e Fundo de investimento em cotas de FIM ("FIC de FIM")

Em junho de 2025, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Nordland FIM (nota explicativa 8 (b)), incluindo a totalidade de seus investimentos diretos e/ou indiretos em cotas de FIM e FIC de FIM, bem como o compromisso de investimento detido pelo fundo, no valor de R\$ 16.956.

(e) Fundo de investimento em participações (“FIP”)

A Companhia detém cotas de FIP, as quais são avaliadas ao valor justo.

Em junho de 2025, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Nordland FIM (**nota explicativa 8 (b)**), incluindo seus investimentos diretos e/ou indiretos em cotas de FIP, bem como o compromisso de investimento detido pelo fundo, no valor de R\$ 7.233.

Em 31 de dezembro de 2025 o Bergen FIA detinha compromisso de investimento em FIP de até US\$ 1.215, equivalente a R\$ 6.685.

(f) Fundo de investimento imobiliário (“FII”)

A Companhia detém cotas de FII, as quais são avaliadas ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2025 o Stavanger FIA detinha compromisso de investimento em FII no valor de até R\$ 2.200.

(g) Fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”)

Em 30 de junho de 2025, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Nordland FIM (**nota explicativa 8 (b)**), incluindo a totalidade de seus investimentos diretos e/ou indiretos em cotas de FIDC, bem como o compromisso de investimento detido pelo fundo, no valor de R\$ 480.

(h) Letras financeiras (“LF”)

A Companhia detinha LFs indexadas ao CDI, com remuneração entre 102,0% e 103,0% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

5 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

O quadro abaixo apresenta o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Klabin S.A.	19.645	4.343	19.645	4.343
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	19.645	4.343	19.645	4.343

6 Créditos e obrigações com operações financeiras

A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção, incluindo compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente.

O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dólar Futuro ⁽¹⁾	(1.352)	(253)	(1.352)	(253)
Obrigações com operações financeiras	(1.352)	(253)	(1.352)	(253)

⁽¹⁾ Valor corresponde ao ajuste diário da operação, com liquidação em D+1.

7 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é composto pelo contas a receber da controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. (“Timbutuva”), no valor de R\$ 21.322 (R\$ 46.197 em 31 de dezembro de 2024), decorrente das vendas dos lotes que compõem a primeira fase do empreendimento imobiliário denominado Alphaville Paraná, no município de Campo Largo – PR, celebrado em parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. (“Alphaville”), em parte da Fazenda Timbutuva.

Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de parcelamento das vendas realizadas a prazo correspondia a aproximadamente 28 meses (34 meses em 31 de dezembro de 2024), havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação.

8 Partes relacionadas

A Companhia não detinha transações com partes relacionadas em aberto em 31 de dezembro de 2025, nem no encerramento do exercício social de 2024.

(a) Remuneração do pessoal chave da Administração

O quadro abaixo apresenta a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de Administração e Diretoria	10.031	9.012

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 (doze) vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 (doze) vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida. Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus, também, a uma remuneração variável que consiste no pagamento de bônus atrelado ao atingimento de metas individuais e da Companhia e à avaliação de competências.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

(b) Transações com acionistas controladores da Companhia

Em 20 de maio de 2025 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Cotas da Classe Única de Cotas do Nordland Fundo de Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Nordland FIM”) (“Oferta”), no valor de R\$ 102.898, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Nordland FIM é um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, e reúne os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta, visando uma simplificação do portfólio.

No âmbito da Oferta, o preço das cotas foi fixado em conformidade com condições de mercado, considerando o preço de R\$ 0,21 (vinte e um centavos de reais) por cota, determinado com base no último valor da cota do Nordland FIM disponibilizado pelo seu administrador na data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta. Para fins de mensuração do valor justo dos investimentos que compõem a Oferta, o administrador do Nordland FIM providenciou laudos de avaliação elaborados por especialistas externos independentes, os quais utilizaram técnicas de avaliação baseadas em modelos de fluxo de caixa descontado. Como resultado dessas avaliações, concluiu-se que os valores apurados por meio dessas técnicas eram substancialmente semelhantes ao valor desses investimentos na data do evento, razão pela qual este foi considerado o melhor indicativo do valor justo na data da Oferta. Os trâmites de liquidação da Oferta seguiram o disposto na respectiva documentação da Oferta e com a respectiva divulgação das informações da conclusão da liquidação da Oferta no Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única de Cotas do Nordland FIM.

No âmbito da Companhia, foram adotadas medidas aplicáveis a situações de potencial conflito de interesses, tendo em vista que a Oferta foi direcionada à totalidade dos acionistas da Companhia – incluindo os seus controladores. A Oferta contemplou a alienação de cotas integralizadas e não integralizadas de titularidade da Companhia, das quais membros do grupo de controle da Companhia adquiriram 349.992.770,6419 cotas integralmente integralizadas do Nordland FIM, em montante correspondente a R\$ 73.498 das cotas integralizadas, assim como o compromisso de investimento de R\$ 29.400 das cotas não integralizadas.

A alienação do Nordland FIM não gerou lucro contábil dado que a Companhia mensura os seus fundos de investimentos ao valor justo por meio do resultado e, por conseguinte, as variações no valor justo já estão apresentadas na demonstração do resultado (**nota explicativa 2.7.2**). Para a realização da Oferta a Companhia incorreu em despesas com prestação de serviços, publicações, taxas e emolumentos em montante correspondente a, aproximadamente, 0,07 % do valor total da Oferta.

O quadro abaixo apresenta as informações sobre os investimentos que compõem a Oferta:

Carteira	Valor	Critério de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	164	Cotação com base em informações observáveis
FIM e FICs de FIM	49.966	Cotação com base em informações observáveis
FIPs	1	Cotação com base em informações observáveis
FIDCs	23.370	Cotação com base em informações observáveis
Obrigações fundos exclusivos	(3)	Custo amortizado
Cotas integralizadas	73.498	
Cotas não integralizadas	29.400	
Total da Oferta	102.898	

9 Estoque de imóveis a comercializar

O saldo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 4.955 (R\$ 4.955 em 31 de dezembro de 2024), é composto pelo custo histórico de parte do terreno da controlada Timbutuva, para desenvolvimento futuro, líquido de eventuais provisões para perdas por desvalorização.

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que seus estoques de imóveis a comercializar possam ter sofrido desvalorização. Havendo tal indicação, a Companhia providencia a avaliação para definir o valor recuperável de seus estoques.

10 Tributos a recuperar

O quadro abaixo apresenta o saldo dos impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ ⁽¹⁾	55.138	35.353	55.200	35.429
CSLL	-	510	-	530
Outros	1	-	18	15
Total	55.139	35.863	55.218	35.974
Ativo Circulante	36.307	35.863	36.386	35.974
Ativo não circulante	18.832	-	18.832	-

⁽¹⁾ O montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre o (i) ganho realizado com a amortização parcial das cotas de fundo de investimento exclusivo, de titularidade da Companhia, avaliado ao valor justo e (ii) rendimento das aplicações financeiras em renda fixa mantidas em tesouraria quando do seu resgate e/ou vencimento.

A Administração, com base em análises e projeção orçamentária, não prevê riscos relevantes de não realização desses créditos tributários uma vez que eles são derivados de antecipações de tributos passíveis de recuperação.

11 Investimentos

(a) Movimentação – Controladora

Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Equivalência Patrimonial	Outros ⁽²⁾	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Controladas								
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	922	-	-	-	(46)	-	-	876
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	50.325	-	-	(24.850)	(380)	-	-	25.095
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	202	-	(184)	-	10	-	-	28
Masa Mineração Ltda.	1	-	-	-	(1)	-	-	-
Total de Controladas	51.450	-	(184)	(24.850)	(417)	-	-	25.999
Outras Participações								
Klabin S.A. ⁽¹⁾	503.559	13.943	-	(36.555)	-	(72.103)	-	408.844
Ultrapar Participações S.A.	227.227	-	-	(25.041)	-	96.872	-	299.058
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	153.030	-	-	(5.208)	-	(9.873)	-	137.949
Total de Outras Participações	883.816	13.943	-	(66.804)	-	14.896	-	845.851
Total de Participações Societárias	935.266	13.943	(184)	(91.654)	(417)	14.896	-	871.850

⁽¹⁾ Em julho de 2025, a Companhia reduziu o capital da controlada MAGISA – Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

⁽²⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos.

⁽³⁾ Ajuste ao valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Equivalência Patrimonial	Outros ⁽⁴⁾	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Controladas								
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.671	-	(333)	(1.422)	6	-	-	922
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	88.311	360	-	(37.508)	(838)	-	-	50.325
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	188	-	-	-	14	-	-	202
Masa Mineração Ltda.	-	-	-	-	(1)	-	2	1
Total de Controladas	91.170	360	(333)	(38.930)	(819)	-	2	51.450
Outras Participações								
Klabin S.A. ⁽¹⁾	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	-	76.813	-	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	-	(193.023)	(9.301)	-	(129.296)	-	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	-	-	(10.765)	-	(20.990)	-	153.030
Nortec Química S.A. ⁽²⁾	40.611	-	(36.800)	(4.070)	-	259	-	-
Total de Outras Participações	1.289.518	28.396	(307.119)	(53.765)	-	(73.214)	-	883.816
Total de Participações Societárias	1.380.688	28.756	(307.452)	(92.695)	(819)	(73.214)	2	935.266
Provisão para Perda em Investimento								
Masa Mineração Ltda.	(5)	7	-	-	-	-	(2)	-
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽³⁾	(5)	-	-	-	5	-	-	-
Total de Provisão para Perda em Investimento	(10)	7	-	-	5	-	(2)	-

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos.⁽²⁾ Em dezembro de 2024, o Alta FIP, que detinha as ações ordinárias da Nortec e cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 11 (c) (ii)**).⁽³⁾ Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida.⁽⁴⁾ Ajuste ao valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(b) Movimentação – Consolidado

Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Equivalência Patrimonial	Outros ⁽²⁾	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Controladas em Conjunto e Coligadas								
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	71	-	-	-	(105)	-	-	(34)
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	71	-	-	-	(105)	-	-	(34)
Outras Participações								
Klabin S.A. ⁽¹⁾	503.559	13.943	-	(36.555)	-	(72.103)	-	408.844
Ultrapar Participações S.A.	227.227	-	-	(25.041)	-	96.872	-	299.058
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	153.030	-	-	(5.208)	-	(9.873)	-	137.949
Total de Outras Participações	883.816	13.943	-	(66.804)	-	14.896	-	845.851
Total de Participações Societárias	883.887	13.943	-	(66.804)	(105)	14.896	-	845.817

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos.

⁽²⁾ Ajuste ao valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Equivalência Patrimonial	Outros ⁽⁴⁾	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Controladas em Conjunto e Coligadas								
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	97	-	-	-	(26)	-	-	71
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	97	-	-	-	(26)	-	-	71
Outras Participações								
Klabin S.A. ⁽¹⁾	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	-	76.813	-	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	-	(193.023)	(9.301)	-	(129.296)	-	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	-	-	(10.765)	-	(20.990)	-	153.030
Nortec Química S.A. ⁽²⁾	40.611	-	(36.800)	(4.070)	-	259	-	-
Total de Outras Participações	1.289.518	28.396	(307.119)	(53.765)	-	(73.214)	-	883.816
Total de Participações Societárias	1.289.615	28.396	(307.119)	(53.765)	(26)	(73.214)	-	883.887
Provisão para Perda em Investimento								
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽³⁾	(5)	-	-	-	5	-	-	-
Total de Provisão para Perda em Investimento	(5)	-	-	-	5	-	-	-

⁽¹⁾ Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos.⁽²⁾ Em dezembro de 2024, o Alta FIP, que detinha as ações ordinárias da Nortec e cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia (**nota explicativa 11 (c) (ii)**).⁽³⁾ Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida.⁽⁴⁾ Ajuste ao valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Destaque das transações ocorridas no exercício
(i) Alienação de ações
Transações ocorridas em 2024:

Em 2024, a Companhia alienou 3.202.680 *units* de Klabin S.A, e os fundos exclusivos da Companhia alienaram 6.771.598 ações ordinárias de Ultrapar Participações S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia.

(ii) Outras ocorrências
Transações ocorridas em 2024:

Em janeiro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, exerceu opção de venda sobre 2.375.479 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e nove) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Nortec Química S.A. (“Nortec”), representativas de 20% (vinte por cento) do capital social votante e total da Nortec pelo valor de R\$ 32.000. A operação de venda foi concluída em abril de 2024, passando o Alta FIP a deter 356.322 (trezentas e cinquenta e seis mil, trezentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 3% (três por cento) do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia.

Controladas

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

	Participação societária		
	Forma	2025	2024
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAPISA I S.A.	Indireta	100,00	100,00
Fundos exclusivos consolidados na Controladora			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Trondheim Fundo de Investimento Financeiro em Ações	Indireta	100,00	-
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior	Indireta	-	100,00
Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário	Indireta	100,00	100,00

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial das controladas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial						
Ativo circulante	855	1.061	15.952	26.236	28	202
Ativo não circulante	547	393	10.866	31.366	-	-
Total do ativo	1.402	1.454	26.818	57.602	28	202
Passivo circulante	1	16	288	3.736	-	-
Passivo não circulante	527	516	1.435	3.541	-	-
Total do passivo	528	532	1.723	7.277	-	-
Patrimônio líquido	874	922	25.095	50.325	28	202
Resultado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(46)	6	(380)	(838)	10	14

	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		Masa Mineração Ltda.		MAPISA I S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial						
Ativo circulante	46	197	2	1	74	94
Ativo não circulante	-	-	-	-	391	71
Total do ativo	46	197	2	1	465	165
Passivo circulante	56	52	-	-	(1)	-
Passivo não circulante	-	-	2	-	400	-
Total do passivo	56	52	2	-	399	-
Patrimônio líquido	(10)	145	-	1	66	165
Resultado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(50)	14	(1)	(1)	(99)	(21)

As informações sobre as controladas são:

Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

A sociedade foi constituída em março de 2008 e tem por objeto social o desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário.

Timbutuva Empreendimentos Ltda.

A sociedade foi constituída em dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários e a participação em sociedades como sócia, acionista ou quotista.

MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.

A sociedade foi constituída em janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em junho de 2010 e tem como objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, compreendendo ainda, a aquisição de imóveis para fins de incorporação a ser desenvolvida e a participação em

outras sociedades, seja como quotista, seja como acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários.

Masa Mineração Ltda.

A sociedade foi constituída em abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados.

Mapisa I S.A.

A sociedade foi constituída em junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários.

Controladas em conjunto

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

Patrimonial	Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	119	117
Ativo não circulante	41	30
Total do ativo	160	147
Passivo circulante	6	5
Passivo não circulante	222	-
Total do passivo	228	5
Patrimônio líquido	(68)	142
Resultado	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(210)	(52)

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

	Participação societária		
	Forma	31/12/2025	31/12/2024
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	50,00	50,00

As informações sobre as controladas em conjunto são:

Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.

A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia.

Outras participações

As informações sobre os investimentos nos quais a Companhia detém participação societária não avaliada por equivalência patrimonial, e cuja intenção é de auferir rendimentos de longo prazo são:

Klabin S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1934, e em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, atua nos segmentos da indústria de papel e celulose, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (*units*) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos (*tickers*) KLBN3, KLBN4 e KLBN11.

Ultrapar Participações S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”) e na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos (“Ultracargo”). A Ultrapar é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) UGPA3.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

A sociedade foi constituída em setembro de 2005 e tem como objeto social (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A BrasilAgro é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) AGRO3.

Nortec Química S.A.

A sociedade foi constituída em dezembro de 1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista. A Nortec é uma sociedade anônima de capital com ações listadas no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código (*ticker*) NRTQ3. A Companhia detinha indiretamente, por meio do Alta FIP, 23% de participação na Nortec. Em abril de 2024, o Alta FIP concluiu a operação de venda de ações representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec, permanecendo detentor de ações representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP foi alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia, deixando a Companhia de ter participação indireta na Nortec.

12 Propriedades para investimento

São representadas por imóveis disponíveis para venda, de propriedade da controlada Timbutuva, avaliados à valor justo, por meio da utilização de preço de mercado observável.

Movimentação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	5.896	40.664
Ajuste ao valor justo	83	(1.138)
Baixas	(5.979)	(33.630)
Saldo no final do exercício	-	5.896

As baixas são decorrentes das vendas de lotes lançados na primeira fase do empreendimento imobiliário em parceria com a Alphaville em parte da Fazenda Timbutuva. A Administração reavaliou os referidos imóveis tendo reconhecido ganho com o ajuste a valor justo dos mesmos, no valor de R\$ 83 (nota explicativa 20).

13 Imobilizado

O saldo é composto majoritariamente pelo arrendamento do direito de uso da sede da Companhia, mensurado pelo seu custo histórico, que inclui o reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e os custos e/ou pagamentos diretamente atribuíveis na data de início do contrato, menos a depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear com base no prazo de arrendamento.

14 Impostos e taxas a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF ⁽¹⁾	157	140	158	141
IRPJ e CSLL ⁽²⁾	-	-	206	223
PIS e COFINS ⁽³⁾	7.980	302	8.051	392
Outros Tributos	46	17	48	19
Total	8.183	459	8.463	775

⁽¹⁾ Refere-se preponderantemente ao IRRF incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

⁽²⁾ Refere-se majoritariamente ao IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado com as vendas de lotes da controlada Timbutuva.

⁽³⁾ Refere-se predominantemente ao PIS e à COFINS incidentes sobre o ganho realizado com a amortização parcial das cotas de fundo de investimento exclusivo, de titularidade da Companhia, avaliado ao valor justo.

15 Endividamento – Controladora e Consolidado

O quadro abaixo apresenta as informações sobre os empréstimos, debêntures e notas comerciais da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	31/12/2025			31/12/2024		
			Principal	Juros e outros encargos	Total	Principal	Juros e outros encargos	Total
Empréstimos								
CCB ^{(1) (4)}	CDI + 1,20%	28/05/2026	50.000	4.754	54.754	50.000	3.565	53.565
CCB ⁽²⁾	CDI + 0,98%	02/04/2026	50.000	1.864	51.864	50.000	6.370	56.370
CCB (4131) ^{(1) (5)}	CDI + 1,20%	20/05/2026	50.000	4.942	54.942	-	-	-
Total			150.000	11.560	161.560	100.000	9.935	109.935
Passivo circulante			150.000	11.560	161.560	100.000	9.935	109.935
Passivo não circulante			-	-	-	-	-	-
Debêntures								
2ª Emissão ^{(3) (7)}	CDI + 1,25%	11/12/2028	250.000	2.110	252.110	250.000	3.644	253.644
3ª Emissão ^{(3) (6)}	CDI + 1,35%	04/09/2028	200.000	9.124	209.124	200.000	6.212	206.212
3ª Emissão ^{(3) (6)}	CDI + 1,45%	04/09/2030	100.000	4.659	104.659	100.000	3.429	103.429
Total			550.000	15.893	565.893	550.000	13.285	563.285
Passivo circulante			140.000	17.436	157.436	-	14.864	14.864
Passivo não circulante			410.000	(1.543)	408.457	550.000	(1.579)	548.421
Notas Comerciais								
NC ^{(3) (6)}	CDI + 1,16%	18/12/2029	115.000	(283)	114.717	-	-	-
Total			115.000	(283)	114.717	-	-	-
Passivo circulante			28.750	550	29.300	-	-	-
Passivo não circulante			86.250	(833)	85.417	-	-	-

⁽¹⁾ Operações sem prestação de garantias reais.

⁽²⁾ O vencimento dessa CCB era em 2 de abril de 2025. No entanto, a mesma foi objeto de portabilidade e teve seu vencimento, custo e garantias alterados para 2 de abril de 2026, CDI + 0,98% ao ano e garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras.

⁽³⁾ Operações com prestação de garantia através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento.

⁽⁴⁾ O vencimento dessa CCB era em 28 de maio de 2025. No entanto, a mesma foi objeto de aditamento e teve seus juros remuneratórios e vencimento alterados para CDI + 1,20% ao ano e 28 de maio de 2026, respectivamente, mantendo-se as demais condições contratuais.

⁽⁵⁾ Operação contratada em conjunto com swap para reais ao custo final de CDI + 1,20%.

⁽⁶⁾ Outros encargos incluem a apropriação e/ou amortização dos custos com emissão de debêntures e notas comerciais.

⁽⁷⁾ O vencimento dessa debênture era em 10 de novembro de 2026. No entanto, a mesma foi objeto de aditamento e teve seus juros remuneratórios reduzidos para CDI + 1,25% ao ano e o vencimento para 11 de dezembro de 2028, além disso, houve a substituição da garantia, de ações de Klabin por cotas de fundos de investimento.

Em agosto de 2025, a Companhia realizou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, em série única, destinada exclusivamente a investidores profissionais, no valor total de R\$ 115.000. O prazo de vencimento é de 4 anos, com amortizações anuais em 4 parcelas iguais a partir de dezembro de 2026, juros remuneratórios com pagamentos anuais a partir de dezembro de 2025 e prestação de garantias por meio da alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para alongamento do passivo bancário, aplicações financeiras, investimentos e/ou demais usos gerais da Companhia.

Abaixo, é demonstrada a movimentação do endividamento da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos		
Saldo no início do exercício	109.935	108.146
Novas captações	50.000	-
Juros e outros encargos	20.204	12.726
Pagamento de juros e outros encargos	(18.579)	(10.937)
Saldo no final do exercício	161.560	109.935
Debêntures		
Saldo no início do exercício	563.285	559.363
Juros e outros encargos	85.063	67.276
Pagamento de juros e outros encargos	(82.455)	(63.354)
Saldo no final do exercício	565.893	563.285
Notas Comerciais		
Saldo no início do exercício	-	-
Novas Captações	115.000	-
Juros e outros encargos	6.415	-
Pagamento de juros e outros encargos	(6.698)	-
Saldo no final do exercício	114.717	-

Os empréstimos, debêntures e notas comerciais não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. Entretanto, a Companhia está sujeita a hipóteses de vencimento antecipado nos seus contratos de financiamento de acordo com cláusulas usualmente adotadas no mercado em operações dessa natureza, as quais estavam integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

16 Tributos diferidos

16.1 Tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias dedutíveis, bem como nos prejuízos fiscais e nas bases negativas de CSLL acumuladas. A realização desses ativos ocorrerá de acordo com a reversão das diferenças temporárias e com a expectativa de compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas. A Companhia entende que os tributos diferidos ativos são recuperáveis considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios da Companhia. De acordo com as premissas utilizadas em tais projeções, os tributos diferidos ativos podem ser recuperados a partir do primeiro semestre de 2028.

O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos ativos:

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa referente a venda do imóvel	-	-	240	240
Prejuízo fiscal acumulado	27.095	-	27.095	-
Base negativa da CSLL acumulada	95.695	-	95.695	-
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34%	15.386	-	15.468	82
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65%	-	-	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	15.386	-	15.468	82

16.2 Tributos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos serão realizados, substancialmente, quando ocorrer a correspondente venda de seus ativos e/ou a amortização ou resgate das cotas dos fundos exclusivos, respectivamente. O valor a pagar dos tributos diferidos dependerá do valor realizado desses ativos no momento de sua liquidação, amortização ou resgate.

O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ganho sobre resultado com fundos exclusivos	1.031.237	1.067.783	1.031.237	1.067.783
Base total de PIS/COFINS diferido	1.031.237	1.067.783	1.031.237	1.067.783
Ganho na variação de outras participações ⁽¹⁾	1	130.458	1	130.458
Ganho por compra vantajosa de investimentos	-	-	1.517	1.517
Base total de IRPJ/CSLL diferidos	1.031.238	1.198.241	1.032.755	1.199.758
Receita na alienação de propriedades para investimento	-	-	21.322	46.197
Ganho na variação de propriedades para investimento	-	-	-	6.411
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34%	350.620	407.402	351.793	409.537
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65%	47.953	49.652	48.731	51.573
Total dos tributos diferidos passivos	398.573	457.054	400.524	461.110

⁽¹⁾ Ganho no ajuste ao valor justo de outras participações detidos de forma direta pela Companhia.

17 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, relevantes, que tenham sido avaliadas como de perda provável ou possível e que devessem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, reportados pela Companhia no encerramento dos exercícios reportados, é representado por 12.251.221 ações ordinárias, sem valor nominal, no valor de R\$ 616.838.

(b) Lucro por ação

Nos exercícios apresentados, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos com potencial dilutivo, sendo, portanto, equivalentes o seu lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	97.658	72.642
Média ponderada de número de ações	12.251.221	12.251.221
Lucro básico e diluído por ação - em reais	7,97	5,93

(c) Reserva de lucros
(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido auferido do exercício, que não exceda a 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja deliberado pela Assembleia Geral de acionistas. Nos exercícios apresentados, a Companhia não destinou o percentual de 5% do lucro líquido auferido no exercício para a constituição de reserva legal em virtude de já ter atingido os 20% do capital social previstos na legislação.

(ii) Reserva estatutária

Composta pela Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de até 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, não podendo ultrapassar o capital social, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

(iii) Retenção de lucros

Tem por finalidade financiar os recursos previstos em orçamento de capital da Companhia, mediante aprovação em Assembleia Geral.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, podendo a Diretoria levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços ou contra as reservas de lucros existentes no último balanço.

Em 2025, a Companhia declarou R\$ 417.000 em dividendos e R\$ 186.300 em juros sobre o capital próprio.

Proventos	Data de aprovação	Valor total	Valor por ação em R\$	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	24/01/2025	40.000	3,264980690	10 de fevereiro de 2025
Dividendos	28/02/2025	250.000	20,406129315	a partir de 18 de março de 2025
Dividendos	20/05/2025	97.500	7,958390433	a partir de 6 de junho de 2025
Juros sobre o capital próprio	20/05/2025	7.500	0,612183879	6 de junho de 2025
Dividendos	24/10/2025	16.000	1,305992276	10 de novembro de 2025
Juros sobre o capital próprio	24/10/2025	44.000	3,591478760	10 de novembro de 2025
Juros sobre o capital próprio	18/11/2025	94.800	7,738004236	a partir de 4 de dezembro de 2025
Dividendos	04/12/2025	53.500	4,366911674	18 de dezembro de 2025

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dividendos		JCP	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	67	1.310	8.647	168.055
Declarações no exercício	417.000	72.000	186.300	163.000
IRPJ sobre juros sobre o capital próprio declarados	-	-	(27.890)	(24.308)
Baixa de proventos prescritos	(32)	(163)	(12)	(39)
Pagamentos realizados	(416.884)	(73.080)	(166.868)	(298.061)
Saldo no final do exercício	151	67	177	8.647

19 Despesas gerais e administrativas

O quadro abaixo apresenta as informações das despesas gerais e administrativas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(15.437)	(15.266)	(15.502)	(15.326)
Contratação de serviços	(3.127)	(3.192)	(3.471)	(3.494)
Doações	(1.524)	(1.360)	(1.526)	(1.362)
Despesas tributárias	(120)	(622)	(1.361)	(1.697)
Depreciação e amortização	(689)	(662)	(691)	(665)
Publicidade e propaganda	-	-	(97)	(659)
Outras despesas	(1.923)	(1.887)	(2.417)	(2.106)
Despesas gerais e administrativas	(22.820)	(22.989)	(25.065)	(25.309)

20 Outras receitas, líquidas

O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas (despesas), líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	66.804	53.765	66.804	53.765
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	83	-
Bonificação de ações ⁽²⁾	13.944	28.396	13.944	28.396
Resultado da alienação de propriedades para investimento	-	-	1.672	2.459
Outras receitas operacionais	13	149	13	158
Total das outras receitas operacionais	80.761	82.310	82.516	84.778
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	(1.138)
Outras despesas operacionais	-	(2)	-	(245)
Total das outras despesas operacionais	-	(2)	-	(1.383)
Outras receitas, líquidas	80.761	82.308	82.516	83.395

⁽¹⁾ Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos pela participação em investimentos avaliados ao valor justo (nota explicativa 11).

⁽²⁾ Ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme aviso aos acionistas divulgado ao mercado pela investida nas datas correspondentes.

21 Resultado financeiro

O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicação em renda fixa	12.691	33.143	12.980	33.900
Ganho com aplicação em renda variável	124.850	127.845	124.850	127.845
Outras receitas financeiras	4.618	1.637	4.626	1.655
Total das receitas financeiras	142.159	162.625	142.456	163.400
Encargos sobre empréstimos	(20.204)	(12.726)	(20.204)	(12.726)
Encargos sobre debêntures	(85.063)	(67.276)	(85.063)	(67.276)
Encargos sobre notas comerciais	(6.415)	-	(6.415)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(665)	(741)	(665)	(741)
Tributos sobre receita financeira	(9.667)	(3.143)	(9.675)	(3.154)
Outras despesas financeiras	(270)	(102)	(270)	(102)
Total das despesas financeiras	(122.284)	(83.988)	(122.292)	(83.999)
Resultado financeiro líquido	19.875	78.637	20.164	79.401

22 Imposto de renda e contribuição social

O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	25.491	14.233	25.602	14.557
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(8.667)	(4.815)	(8.528)	(4.648)
Adições	(10.587)	(5.781)	(10.661)	(6.366)
Outras adições	(10.587)	(5.781)	(10.661)	(6.366)
Exclusões	91.421	69.005	91.433	69.099
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	(142)	(277)	(142)	(285)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	63.342	55.420	63.342	55.420
Valor justo de títulos e valores mobiliários	16.612	417	16.612	498
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	-	84	10	100
Outras exclusões	11.609	13.361	11.611	13.366
Imposto de renda e contribuição social	72.167	58.409	72.056	58.085
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(172)	(1.075)	(1.365)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.167	58.581	73.131	59.450
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social	-283%	-410%	-281%	-399%

23 Instrumentos financeiros

23.1 Categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por operações compromissadas, títulos públicos, LF e CDB de instituições financeiras, fundos de investimento, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, futuro de dólar, futuro de Ibovespa, termo de ações, empréstimos e debêntures.

Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	771.603	29	771.632	803.083	80	803.163
Aplicações financeiras	368.639	-	368.639	712.051	-	712.051
Dividendos e JCP a receber	-	19.645	19.645	-	4.343	4.343
Operações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras participações ⁽¹⁾	845.851	-	845.851	883.816	-	883.816
Total dos ativos	1.986.093	19.674	2.005.767	2.398.950	4.423	2.403.373

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliados por equivalência patrimonial (nota explicativa 11).

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(296)	(296)	-	(120)	(120)
Dividendos e JCP a pagar	-	(328)	(328)	-	(8.714)	(8.714)
Operações financeiras ^(a)	(1.352)	-	(1.352)	(253)	-	(253)
Empréstimos	-	(161.560)	(161.560)	-	(109.935)	(109.935)
Debêntures	-	(565.892)	(565.892)	-	(563.285)	(563.285)
Notas Comerciais	-	(114.717)	(114.717)	-	-	-
Total dos passivos	(1.352)	(842.793)	(844.145)	(253)	(682.054)	(682.307)

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	782.002	36	782.038	805.047	88	805.135
Aplicações financeiras	359.687	-	359.687	712.051	-	712.051
Contas a receber	-	15.421	15.421	-	46.197	46.197
Dividendos a receber	-	19.645	19.645	-	4.343	4.343
Operações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras participações ⁽¹⁾	845.851	-	845.851	883.816	-	883.816
Propriedades para investimento	-	-	-	5.896	-	5.896
Total dos ativos	1.987.540	35.102	2.022.642	2.406.810	50.628	2.457.438

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliados por equivalência patrimonial (nota explicativa 11).

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(346)	(346)	-	(3.583)	(3.583)
Dividendos e JCP a pagar	-	(328)	(328)	-	(8.714)	(8.714)
Operações financeiras ^(a)	(1.352)	-	(1.352)	(253)	-	(253)
Empréstimos	-	(161.560)	(161.560)	-	(109.935)	(109.935)
Debêntures	-	(565.892)	(565.892)	-	(563.285)	(563.285)
Notas Comerciais	-	(114.716)	(114.716)	-	-	-
Total dos passivos	(1.352)	(842.842)	(844.194)	(253)	(685.517)	(685.770)

(a) Créditos e obrigações com operações financeiras
(i) Futuro de dólar e de Ibovespa

A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção, incluindo compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente (**nota explicativa 6**).

23.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa de que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis:

Nível 1. Mercado Ativo: Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo;

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos e (passivos) financeiros da Companhia mensurados ao valor justo:

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	269.111	-	-	200.953	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	29.779	-
Ações	270.079	-	-	251.946	-	-
Fundos de renda fixa	545	-	-	20.075	-	-
Compromissadas	-	502.492	-	-	602.130	-
FIA e FIC de FIA	26.507	-	-	231.536	-	59.638
FIM e FIC de FIM	-	-	-	-	45.933	-
FIPs	-	-	8.952	-	--	5.729
FIs	-	-	62.556	14.592	-	39.944
FIDCs	-	-	-	-	12.879	-
Dólar futuro	(1.352)	-	-	(253)	-	-
Outras participações ⁽¹⁾	845.851	-	-	883.816	-	-
Total dos ativos	1.141.630	771.603	71.508	1.401.712	891.674	105.311

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	-	270.558	-	-	202.917	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	29.779	-
Ações	270.079	-	-	251.946	-	-
Fundos de renda fixa	545	-	-	20.075	-	-
Compromissadas	-	502.492	-	-	602.130	-
FIA e FIC de FIA	-	-	-	231.536	-	59.638
FIM e FIC de FIM	26.507	-	-	-	45.933	-
FIPs	-	-	8.952	-	-	5.729
FIIs	-	-	62.556	14.592	-	39.944
FIDCs	-	-	-	-	12.879	-
Dólar futuro	(1.352)	-	-	(253)	-	-
Outras participações ⁽¹⁾	845.851	-	-	883.816	-	-
Propriedades para investimento ⁽²⁾	-	-	-	-	5.896	-
Total dos ativos	1.141.630	773.050	71.508	1.401.712	899.534	105.311

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliados por equivalência patrimonial (nota explicativa 11).

⁽²⁾ Ativo mensurado pelo método comparativo por meio de preço de mercado observável.

A Companhia não detém passivos financeiros com saldos mensurados a valor justo.

23.3 Gerenciamento de riscos

23.3.1 Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

A Companhia detém investimentos no setor imobiliário, sendo o principal deles através de sua controlada Timbutuva, sociedade onde a Companhia detém 100% do capital social. Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville para o desenvolvimento de empreendimento de loteamento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Timbutuva. A primeira fase deste empreendimento foi lançada em novembro de 2022, e as vendas já foram concluídas. Adicionalmente, as condições para o lançamento da segunda fase estão em negociação, e sua realização está prevista para ocorrer ao longo de 2026. Desta forma, a Companhia está exposta à riscos associados à atividade imobiliária, e que podem ser fortemente influenciados pelo aumento da carga tributária, desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política.

23.3.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não contar com recursos financeiros suficientes para cumprir com as suas obrigações financeiras nas respectivas datas de vencimento.

A Administração monitora continuamente sua liquidez para, sempre que possível, assegurar que a Companhia tenha caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

Os quadros abaixo demonstram a análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto:

	Controladora							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(296)	-	-	(296)	(120)	-	-	(120)
Dividendos e JCP a pagar	(328)	-	-	(328)	(8.714)	-	-	(8.714)
Operações financeiras	(1.352)	-	-	(1.352)	(253)	-	-	(253)
Empréstimos	(170.066)	-	-	(170.066)	(113.108)	-	-	(113.108)
Debêntures	(227.404)	(500.519)	-	(727.923)	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)
Notas Comerciais	(46.721)	(111.276)	-	(157.997)	-	-	-	-
Total	(446.167)	(611.795)	-	(1.057.962)	(249.263)	(615.743)	(28.035)	(893.041)

	Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(346)	-	-	(346)	(3.583)	-	-	(3.583)
Dividendos e JCP a pagar	(328)	-	-	(328)	(8.714)	-	-	(8.714)
Operações financeiras	(1.352)	-	-	(1.352)	(253)	-	-	(253)
Empréstimos	(170.066)	-	-	(170.066)	(113.108)	-	-	(113.108)
Debêntures	(227.404)	(500.519)	-	(727.923)	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)
Notas Comerciais	(46.721)	(111.276)	-	(157.997)	-	-	-	-
Total	(446.217)	(611.795)	-	(1.058.012)	(252.726)	(615.743)	(28.035)	(896.504)

23.3.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, especialmente de instituições financeiras depositárias de recursos ou aplicações financeiras. Para mitigar esse risco, a Companhia possui uma política de aplicações financeiras, que estabelece limites de exposição por instituição financeira e considera *ratings* das mesmas pelas agências de risco como referência para definição de tais limites. O enquadramento aos limites estabelecidos é constantemente monitorado pela Administração da Companhia.

23.3.4 Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de haver oscilações nas taxas de câmbio negociadas no mercado. Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao dólar americano, o risco ao qual a Companhia está exposta é o de desvalorização do Dólar frente ao Real.

A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco cambial a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(i)**).

23.3.5 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função de oscilações nas taxas de juros negociadas no mercado.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em renda fixa indexadas às taxas SELIC e CDI, e em caso de redução dessas taxas, é provável que a Companhia apresente uma redução nos ganhos dessas aplicações financeiras. Por outro lado, a Companhia possui passivos (empréstimos e debêntures) indexados ao CDI, fazendo com que os aumentos dessa taxa resultem em aumentos das despesas financeiras relacionadas a esses passivos.

Considerando que os impactos financeiros da variação das taxas de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados.

A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de taxa de juros a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(ii)**).

23.3.6 Risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos

Os principais investimentos avaliados a valor justo detidos pela Companhia são compostos pelas participações em Klabin S.A.¹, Ultrapar Participações S.A.² e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas³ (sendo os dois últimos detidos exclusivamente por fundos exclusivos da Companhia). Dado a relevância desses ativos no portfólio da Companhia, o resultado da Companhia está fortemente exposto à variação dos preços desses ativos.

Adicionalmente, a Companhia investe, através de seus fundos exclusivos, que são geridos de forma discricionária por gestores independentes, em ações negociadas na B3 e em bolsas estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, estando, portanto, exposta à variação dos preços desses ativos.

Com o intuito de proteger parcialmente o risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos, a Companhia e os gestores de seus fundos exclusivos podem vir a utilizar derivativos para fins de proteção, como compra ou venda de opções de ações e índices futuros e contratos de *swap*.

A Administração da Companhia monitora constantemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações e das cotas de fundos de investimentos a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade (**nota explicativa 23.4(ii)**).

¹ Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Klabin S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

² Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Ultrapar Participações S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

³ Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

23.4 Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade do câmbio

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025, considerando desvalorizações da taxa de câmbio R\$/US\$ de 12,5% e 25%:

	Cenário base	Cenário I -12,5%	Cenário II -25%
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2025	5,50	4,81	4,13
Ações	270.078	236.318	202.559
Dólar futuro (valor nocional)	83.540	73.097	62.655
Total	353.618	309.415	265.214
Efeito no resultado financeiro	-	(44.203)	(88.404)

(ii) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025, considerando a redução das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para os empréstimos, debêntures e notas comerciais emitidas pela Companhia.

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa CDI/SELIC em 31 de dezembro de 2025	14,90%	11,18%	7,45%
CDBs	301.840	293.991	286.145
Compromissadas	561.404	546.805	532.211
Total	863.244	840.796	818.356
Efeito no resultado financeiro ⁽¹⁾	-	(22.448)	(44.888)

⁽¹⁾ Considera o impacto, sobre as aplicações financeiras em renda fixa, de quedas de 25% e 50%, respectivamente, sobre a taxa de juros de mercado, pelo horizonte de 12 meses à frente.

	Cenário base	Cenário I +25%	Cenário II +50%
Taxa CDI/SELIC em 31 de dezembro de 2025	14,90%	18,63%	22,35%
Empréstimos	170.066	171.911	173.720
Debêntures	727.923	763.330	798.402
Notas Comerciais	157.997	173.524	183.275
Total	1.055.986	1.108.765	1.155.397
Efeito no resultado financeiro ⁽¹⁾	-	52.780	99.411

⁽¹⁾ Considera o impacto, sobre o fluxo de caixa dos empréstimos, debêntures e notas comerciais até seus respectivos vencimentos, de aumentos de 25% e 50%, respectivamente, sobre a curva de juros de mercado.

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados.

(iii) Análise de sensibilidade dos preços de ações e cotas de fundos de investimentos

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade no valor das ações e nas cotas de fundos de investimentos, com base nas cotações de mercado em 31 de dezembro de 2025, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
FIA e FIC de FIA	26.507	19.880	13.254
Ações	270.079	202.559	135.040
FIPs	8.952	6.714	4.476
FIIs	62.556	46.917	31.278
Outras participações ⁽¹⁾	845.851	634.388	422.926
Total	1.213.945	910.458	606.974
Efeito no resultado	-	(303.487)	(606.971)

⁽¹⁾ Investimentos em participações societárias não avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**).

24 Cobertura de seguros

O conteúdo da sede da Companhia, situada no Rio de Janeiro/RJ, está coberto por apólice de seguros contra incêndio e danos.

A Companhia também possui apólice de seguro com cobertura para danos, furto e roubo para veículos de sua propriedade e seguro de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*D&O - Directors and Officers*).

No âmbito do empreendimento imobiliário Alphaville Paraná (**nota explicativa 7**), a parceira Alphaville mantém contratada apólice de seguro prestamista para garantia do recebimento do saldo devedor referente a venda dos lotes da controlada Timbutuva.

Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício reportado e são renovadas sempre que necessário.

25 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2026 a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia em consonância com o lançamento bem-sucedido da oferta pública para aquisição de ações ordinárias unificada nas modalidades voluntária e para cancelamento de registro da Companhia (“OPA”). Assim, a Companhia passou a ser uma companhia fechada e as ações de sua emissão deixaram de ser negociadas na B3 desde então.

Em 12 de fevereiro de 2026, no contexto que sucedeu a OPA para cancelamento de registro da Companhia, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a realização do resgate compulsório de ações em circulação remanescentes, cujo pagamento foi realizado em 26 de fevereiro de 2026, pelo montante total de R\$ 6.660. Conforme a regulamentação aplicável, o preço de resgate correspondeu a R\$ 59,42 por ação (equivalente ao preço por ação da OPA (R\$ 58,00) atualizado pela Taxa SELIC entre o leilão da OPA e a data do pagamento do resgate compulsório). Nesse contexto, a Companhia esclarece que as ações objeto do resgate compulsório foram canceladas, de modo que o capital social, anteriormente composto por 12.251.221 ações ordinárias, passou a ser composto por 12.139.079 ações ordinárias (**nota explicativa 2.5**).

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 453F9642-D35A-4666-A1FE-333826CAF1E8
 Assunto: Complete com a Docusign: MONTEIROARANHA25.DEZ (DF)_V2.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 55
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Renato C Fernandes
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 renato.cfernandes@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original
 27 de março de 2026 | 20:32

Portador: Renato C Fernandes
 renato.cfernandes@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original
 27 de março de 2026 | 20:55

Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

caren macohin
 caren.macohin@pwc.com
 PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Caren Henriete Macohin:01454117966

Assinatura

DocuSigned by:

 910EEF671FE0435...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 134.238.160.144

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 27 de março de 2026 | 20:33
 Visualizado: 27 de março de 2026 | 20:54
 Assinado: 27 de março de 2026 | 20:55

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Renato C Fernandes renato.cfernandes@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 27 de março de 2026 20:55 Visualizado: 27 de março de 2026 20:55 Assinado: 27 de março de 2026 20:55
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	27 de março de 2026 20:33
Entrega certificada	Segurança verificada	27 de março de 2026 20:54
Assinatura concluída	Segurança verificada	27 de março de 2026 20:55
Concluído	Segurança verificada	27 de março de 2026 20:55

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------